

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	2
Título: Ministro foi escolhido por não ter lobby, diz general Mourão.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	3
Título: Projeto leva energia solar à Amazônia para impulsionar a economia local	4
Título: Preços caem menos para os mais pobres	5
VEÍCULO: O Globo.....	6
Título: ‘Petropropinas’ mostram corrosão do modelo estatal	6

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 16/12/2018****Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Ministro foi escolhido por não ter lobby, diz general Mourão**

O futuro ministro de Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite, foi escolhido por não ter sido indicado por nenhum setor relacionado à pasta, segundo o general Hamilton Mourão (PRTB), vice-presidente eleito. "Havia uma disputa entre dois lobbies, o do óleo e gás e o da energia elétrica. O [Jair] Bolsonaro [presidente eleito] optou por um terceiro nome", disse por telefone à coluna.

Um dos dilemas do ministério é a conclusão da usina nuclear de Angra 3 — parada depois de consumir R\$ 6,9 bilhões e que demandará mais R\$ 17 bilhões. Para o próximo ministro, é prioridade. Mourão afirma o mesmo: "Não podemos desperdiçar o investimento feito e nem ficarmos defasados em energia nuclear, que é limpa".

Durante a campanha e após a eleição, o general manteve agenda com representantes de diversos segmentos da iniciativa privada. "Eu não tenho uma função específica. Nosso homem da economia é o Paulo Guedes, com quem vou trocar ideias sobre os principais problemas relativos à economia."

O papel dos militares na área será limitado —ele cita que apenas o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, da Secretaria de Governo, lidará com questões econômicas. Cruz será o responsável pelo PPI (Programa de Parcerias e Investimentos). "O ministério de Infraestrutura ficou na mão do Tarcísio Meira, mas ele pediu demissão do Exército, e eu o considero mais civil que militar."

Entidades querem rever itens subsidiados pelas contas de energia

O orçamento dos subsídios financiados pelas contas de luz de 2019 está em discussão e, na terça-feira (18), acaba o prazo em que a Aneel (agência do setor elétrico) recebe sugestões.

A subvenção paga neste ano naCDE (Conta de Desenvolvimento Energético) chegou a R\$ 18 bilhões. A proposta para o ano que vem é que haja uma alta de 4%. Entidades do setor, no entanto, esperam que esses números sejam revistos.

"Há espaço para reduzir cerca de R\$ 3 bilhões com resoluções da própria Aneel sobre os programas financiados que não são respeitados", afirma Edvaldo Santana, presidente da Abrace (associação de grandes consumidores).

Os subsídios a quem usa energia na irrigação, por exemplo, só deveriam ser dados mediante apresentação de licença ambiental, o que não acontece, segundo ele. Também existe sobreposição de subsídios, diz Richard Lee Hochstetler, diretor do Instituto Acende Brasil. "Há quem receba energia por valor subvencionado duas vezes por ter aquicultura e agricultura. Isso pode ser cortado."

VAGAS EM AUTARQUIAS

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e a Susep (Superintendência de Seguros Privados) estão entre as autarquias que há mais tempo não contratam servidores.

Nas duas autarquias houve queda no número de servidores nos últimos cinco anos.

A Susep perdeu aproximadamente 20% do total de funcionários no período. O último concurso público para preenchimento de 130 vagas ocorreu em 2010. Desde então, o órgão pediu seis vezes para abrir novos certames —a cada ano, desde 2013. Não foi atendido.

Na CVM, por sua vez, a quantidade de pessoas em atividade encolheu cerca de 13%, segundo dados do Portal Transparência. A comissão fez um concurso em 2010, quando foram preenchidas vagas até 2014. A autarquia pediu a abertura de postos à Fazenda, segundo nota da CVM. "Este ano a autarquia encaminhou solicitação de concurso, com vistas à sua aprovação, para 2019, porém, até o momento, não obteve retorno sobre o pleito."

Rede social

Para Mourão, Jair Bolsonaro foi claro em seu "live": se houve algum ilícito no caso de José Carlos de Queiroz, ex-assessor de Flávio, que se apure.

Venezuela...

"A questão da Venezuela tem que ser resolvida pelos venezuelanos", diz. O Brasil só pode oferecer intermediação para que governo e oposição dialoguem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/12/2018

Seção: Cotidiano

Autor: Phillippe Watanabe

Título: Projeto leva energia solar à Amazônia para impulsionar a economia local

DIAS MELHORES

São Paulo- Em muitos pontos da Amazônia, a energia não chega. A única alternativa são geradores à base de combustíveis que garantem energia por poucas horas à noite — depois, breu.

Um projeto, porém, pretende demonstrar que a energia solar é a melhor opção econômica para comunidades extrativistas isoladas na maior floresta tropical do mundo.

"Estamos no século 21, a gente falando no celular, com acesso a ultratecnologia e muitas pessoas vivendo com energia do século 19", diz Alessandra Mathyas, analista de conservação do programa clima e energia do WWF-Brasil. "Elas vivem com um barulho ensurdecedor do motor até as 10h, quando acaba a gasolina e apaga tudo."

A ONG, junto ao ICMBio, conseguiu doações de 300 antigos painéis solares, que estavam sem uso —eram parte do extinto Prodeem (Programa de Eletrificação de Estados e Municípios)— pertencentes ao Ministério de Minas e Energia. Uma aquisição às cegas, segundo Mathyas, já que não havia como saber o estado dos instrumentos.

Os painéis foram destinados a algumas comunidades de duas reservas extrativistas (resex) —unidades de conservação nas quais populações tradicionais, como ribeirinhos, utilizam os recursos naturais de forma sustentável: a resex Ituxi, na qual vivem 17 comunidades, e a Médio Purus, com 97. Ambas ficam no município de Lábrea (AM).

Para essas comunidades, a disponibilidade de energia elétrica vai muito além de assistir à televisão e carregar o celular. Está relacionada à possibilidade de refrigerar e preservar melhor a comida.

Além disso, os geradores tradicionais exigem a compra e o armazenamento de combustíveis, o que gera mais gastos quando comparado a uma fonte de energia gratuita e abundante como aluz solar. Com mais energia disponível, também se torna possível intensificar produções locais, como de mandioca e açaí.

Os painéis instalados nas resex foram destinados a essas atividades e para o bombeamento de água de poços — as comunidades costumam usar água de rios para tomar banho, lavar roupa, fazer comida e beber. "Eles falaram que

reduziu bastante o número de pessoas com casos de diarreia, que era provocada pela água do rio", diz Mathyas.

Outra preocupação da iniciativa foi capacitar a população e eletricitistas locais para manutenção dos painéis.

O projeto Resex Solar, apresentado na sexta (14) na COP-24, agora pretende consolidar os dados que coletou desde a instalação dos painéis para mostrar a sustentabilidade econômica, social e financeira trazida pela energia solar nas comunidades. A ideia é conseguir influenciar políticas públicas relacionadas.

Segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), a energia solar representa cerca de 1% da geração brasileira.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/12/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Preços caem menos para os mais pobres

Quando os preços em média caem, a queda tem sido mais sensível para aqueles que têm maior renda do que para os mais pobres. O recém-divulgado Indicador Ipea por Faixa de Renda, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, mostra que, em novembro, o decréscimo dos preços, em média, foi de -0,23% para as famílias de renda mais alta e de -0,17% para as de renda mais baixa.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, registrou uma deflação de -0,21% em novembro. A diferença é diminuta, mas significativa. Na análise sobre a variação do IPCA em novembro, foi citado como principal fator para a deflação a queda dos preços dos combustíveis, com recuo de -3,07% no preço da gasolina, -0,52% no do etanol e de -0,58 no do diesel.

Isso tem impacto mais acentuado no orçamento da população de renda mais alta, que usa o automóvel mais intensamente para trabalhar ou para lazer. Para esse segmento, os principais fatores inflacionários em novembro foram as altas de 2,1% no gás encanado, de 2,9% nas passagens aéreas e de 0,8% nos planos de saúde. Já as classes de renda mais baixa têm de recorrer ao transporte coletivo.

A redução dos preços dos combustíveis não se refletiu nas tarifas de ônibus. Esse segmento social foi mais beneficiado pelo recuo dos preços da energia elétrica (-4%) e dos produtos de higiene pessoal (-4,7%). Isso ajudou a compensar os maiores gastos dos mais pobres com a alta de 0,39% no grupo alimentos e bebidas e os reajustes de 0,5% no preço do gás de botijão e de 0,4% dos aluguéis, ocorridos no mês.

As contas de luz geralmente não são um ônus maior para os mais ricos, mas representam um custo obrigatório bastante elevado para as classes de renda mais baixa, especialmente para milhões de desempregados. Os consumidores dessa faixa podem atrasar o pagamento de prestações ou outros débitos, mas sabem que podem sofrer grande incômodo com o corte no fornecimento de luz se deixarem de saldar as contas vencidas.

A boa notícia é que, com uma boa estação chuvosa, as contas de luz serão cobradas pela bandeira verde a partir deste mês de dezembro, sem encargos extraordinários para os consumidores, como vinha acontecendo desde maio, quando entraram em vigor sucessivamente as bandeiras amarela e vermelha.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/12/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: 'Petropropinas' mostram corrosão do modelo estatal

Operações com petróleo sem registro revelam descontrole e reforçam ampla privatização

Um aspecto até então desconhecido da corrupção sistêmica na Petrobras começou a ser revelado em novos inquéritos da Operação Lava-Jato.

Durante 15 anos, pelo menos, um grupo de funcionários, intermediários, políticos do PT, MDB, Progressistas (antigo PP) e do PSDB induziu essa empresa estatal a comprar petróleo e derivados pagando preços acima dos de mercado e a vender a preços mais baratos no mercado mundial. Receberam "comissões" variáveis entre dez centavos e US\$ 2 por barril nas negociações diárias, com pagamento à vista, e em contratos de longo prazo.

O Ministério Público e a Polícia Federal concluíram que a Petrobras perdeu dinheiro em benefício de um grupo de trading companies, no qual se destacam

Vitol, Trafigura e Glencore, hegemônicas no comércio global de matérias-primas. As três somam receita anual de quase US\$ 500 bilhões, seis vezes superior à da estatal brasileira.

É surpreendente a dimensão desse caso de corrupção, pois trata-se de negociações de compra e venda de 400 mil barris por dia de petróleo e derivados, parte com prejuízos à Petrobras, durante um período de ao menos 15 anos.

Grave, também, é o fato de a Petrobras não dispor nos arquivos de toda a documentação sobre esses contratos de comercialização, origem de mais de dois terços das suas receitas. "Não é possível localizar todas as aprovações (dos gestores), visto que algumas ocorreram em despachos presenciais ou por telefone, principalmente para os casos mais antigos", informou a empresa ao Ministério Público Federal.

A Petrobras é a maior e mais organizada entre as 418 estatais federais, estaduais e municipais, que empregam cerca de 800 mil pessoas. Se ela operou durante tanto tempo com contratos "informais" aditivados pelo tráfico de influência política e pelas "petropropinas", não é difícil imaginar a qualidade dos sistemas de controle no cotidiano de negócios das demais empresas públicas.

Da mesma forma, os recentes episódios de propinas na Caixa Econômica Federal, revelados em outros inquéritos na Lava-Jato, reforçam o caráter de desgoverno do interesse público nas companhias estatais.

É inaceitável, portanto, que partidos e organizações corporativas manobrem para esvaziar mecanismos modernos de controle interno, governança e transparência, como os da Lei das Estatais.

É preciso, também, que o próximo governo privatize o que é possível desse acervo que faz do Brasil o país com o maior número de estatais entre as 36 nações mais ricas.

Fosse eficiente, o capitalismo de Estado seria virtuoso. A realidade mostra que, no Brasil, o modelo pouco ou nada tem de capitalista nem de virtude pública. O que nasceu estatal acabou apropriado por uma minoria que lucra, inclusive à margem da lei, às custas da coletividade.

MME / ASCOM .